

REPASSES DA ÚLTIMA REUNIÃO MENSAL DA AECOM

AVANÇOS E GARGALOS NA REPARAÇÃO DA BACIA DO RIO PARAPEBA

No dia 31 de julho, foi realizada a mais recente reunião mensal da auditoria independente AECOM. Entre os dias 16 de junho e 15 de julho, a ERM (nova empresa responsável pelos Estudos de Avaliação de Risco à Saúde Humana e Risco Ecológico) realizou 33 novas reuniões de apresentação em toda a bacia atingida. Durante o encontro, relatou-se que a comunidade de Taquaras, em Esmeraldas, se autoidentificou como comunidade tradicional. Além disso, na reunião com o Shopping da Minhoca, destacou-se que o protocolo de Consentimento e Consulta Livre, Prévia e Informada (CCLPI) havia sido elaborado para uso exclusivo do Grupo EPA, antigo executor dos estudos. A AECOM destacou que a ERM deve considerar a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e os projetos dos ERSHRE. Por fim, informou-se que as devolutivas da Fase 1 já foram iniciadas em Brumadinho.

O plano de trabalho para a aplicação dos questionários do Estudo da Produção Agropecuária e do Pescado na Bacia do Rio Paraopeba foi entregue pela COPPE/UFRJ (Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro) em 30 de junho. O documento, que já passou pela análise da AECOM, está agora sob a avaliação da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA). A expectativa é que a aprovação final do plano ocorra em setembro de 2026, viabilizando o início das pesquisas de campo nas comunidades.

Novidades no Portal da Auditoria

Para quem deseja acompanhar de perto as ações de reparação, o [Portal da Auditoria Socioambiental](#) vai contar com novidades ainda neste mês, como uma nova aba para notícias e agendas. Na plataforma, é possível monitorar o cronograma dos Estudos de Avaliação de Risco à Saúde Humana e Risco

Ecológico (ERSHRE), além de obter informações sobre a dragagem do rio Paraopeba e o Programa de Reparação Socioambiental (PRSA).

Monitoramento de Água e Abastecimento

No âmbito do Termo de Compromisso de Monitoramento de Água e Sedimentos, a auditoria AECOM mantém, desde o mês anterior, a avaliação de que o novo laboratório contratado pela Vale necessita de treinamentos e adequações. O desempenho do programa apresentou quedas desde a troca de laboratório ocorrida em maio. Apesar desse gargalo, a AECOM observou que houve melhorias nas atividades realizadas em campo.

Em relação ao abastecimento, foram entregues 59 poços de captação de água, enquanto outros quatro estão em fase de implementação — incluindo estruturas em Pequi e Fortuna de Minas. Os poços poderão ser usados para consumo humano, animal e irrigação.

Atrasos em cadeia ameaçam cronograma da dragagem

Entre os quatro trechos da dragagem, o Trecho 1 permanece concluído desde março, mas com previsão de encerramento oficial para setembro de 2026. Segundo a AECOM, a conclusão das obras exige uma etapa de comprovação que demanda refinamento e (re)dragagem antes do fechamento definitivo do trecho.

A situação é mais preocupante no trecho 2, que já inicia com atrasos. Inicialmente prevista para começar em junho de 2026, a dragagem teve início em julho, com o atraso na obtenção da licença ambiental. Além disso, esse início ainda não representa a remoção efetiva do rejeito do leito do rio, restringindo-se à abertura de canais para o acesso dos equipamentos às áreas operacionais.

Como resultado, a previsão para a conclusão das obras nesse trecho foi postergada de 30 de junho para 12 de agosto de 2027. O descompasso deve gerar

um efeito dominó, provocando atrasos no início das intervenções no Trecho 3, que dependem do término da etapa anterior.

Gerenciamento de Áreas Inundadas, Educação Ambiental e Comunicação

O Programa de Gerenciamento das Áreas Inundadas (PGAI), após passar pelo crivo da auditoria, encontra-se sob análise da Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD). No dia 16 de julho, ocorreu uma reunião entre órgãos ambientais, AECOM e Vale S.A. para discutir ajustes metodológicos relativos às amostras de solo aluvionar (solo formado por sedimentos deixados pelas águas das chuvas) em áreas afetadas por enchentes passadas. Com os alinhamentos, a expectativa é a de que a campanha de amostragem seja iniciada em agosto.

Sobre o Programa de Educação Ambiental de Brumadinho e Bacia do Rio Paraopeba (PEABP), executado pela própria empresa causadora dos danos, destacou-se a linha do tempo das ações, que teve sua quarta versão revisada entre 2024 e 2025. Neste ano, está sendo executado o Diagnóstico Socioambiental Participativo (DSP), que tem levantado importantes questionamentos no território (talvez linkar alguma das matérias feitas). A implementação dos projetos temáticos, como os Coletivos Jovens de Meio Ambiente e a Formação Continuada em Educação Ambiental para professores, deve começar em 2027.

Devolutivas às comunidades

O Programa de Comunicação Social e Relacionamento com a Comunidade abrange as ações de analistas de relacionamento da Vale, canais de informação e reuniões sobre o Programa de Reparação Socioambiental da Bacia do Rio Paraopeba. O município de Pará de Minas recebeu uma das reuniões-piloto do programa em maio deste ano, e a previsão é estender as reuniões aos demais municípios da bacia ao longo do segundo semestre.

Manejo Ético de Cães e Gatos sob avaliação de prorrogação

Focado em castração, educação ambiental, capacitação profissional e distribuição de kits, o projeto de Manejo Populacional Ético de Cães e Gatos foi iniciado em março de 2025 e tem previsão de conclusão em dezembro de 2026. Apesar disso, a SEMAD estuda aplicar a verba restante do projeto, avaliando a possibilidade de estender o prazo de execução.

Com 71% de avanço acumulado, o projeto já realizou a castração e microchipagem de 23.085 animais em 226 eventos. Na frente de capacitação profissional, conduzida pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais, o projeto formou sua segunda turma: dos 136 inscritos, apenas 38 alunos de 18 municípios concluíram a formação.

No último evento de castração, realizado em Juatuba, houve falhas operacionais, como falta de banheiros, água e sombra adequados para tutores e animais. Mais tarde, a prefeitura local instalou tendas para a população. A auditoria também apontou a necessidade de impulsionar a adesão em municípios com desempenho abaixo do esperado, como Pará de Minas (45% de avanço) e São José da Varginha (48%).